

Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?

Cleber José Bosetti

Doutor em Sociologia Política pela UFSC; Professor de Sociologia e Extensão Rural na
Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC
E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br

Resumo

O MST produziu, ao longo de sua história, uma narrativa discursiva para defender a reforma agrária. Esta narrativa procura justificar a reforma agrária, dando-lhe um significado próprio, em diferentes contextos históricos da sociedade brasileira. Como a luta pela reforma agrária continua presente, pode-se dizer que a questão agrária também não foi resolvida, logo, ainda faz sentido discuti-la.

Palavras-chaves: MST; discursos; questão agrária.

Hammers in the fences: do we still have an agrarian question?

Abstract

The MST produced, throughout his history, a discursive narrative to defend of agrarian reform. This narrative seeks to justify the agrarian reform, giving it an own meaning, in different historical contexts of Brazilian society. As the struggle for agrarian reform is still present, it can be said that the agrarian question was also not resolved, soon, still makes sense discuss it.

Keywords: MST; speeches; agrarian question.

Martelli sulle recinzioni: abbiamo ancora una questione agraria?

Resumen

Il MST ha composto, nel la sua storia, una narrazione discorsiva per difendere la riforma agraria. Questa narrazione cerca di giustificare la riforma agraria, dandogli un significato particolare nei diversi contesti storici dalla società brasiliana. Come la lotta per la riforma agraria è ancora presente, si può dire che la questione agraria anche non ebbe risolto, dunque, c'è ancora senso per discuterla.

Parole chiave: MST; discorsi; questione agrária.

Introdução

Há muito tempo que os martelos dos camponeses têm batido nas cercas, mas a música resultante do tinido do arame nem sempre tem produzido uma moda de viola romântica e festiva. Pelo contrário, as notas ressoaram gritos de desespero diante da violência estatal e civil. As tramas afinadas entre aqueles que ergueram as cercas e o

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº.40	pp. 11-38	Set-Dez/2017
--------------	---------------------	---------------	-----------	--------------

aparato institucional do Estado brasileiro não deixaram a questão agrária sair da primeira estrofe, debaixo das lonas pretas. Embora algumas vozes agudas afirmem categoricamente o fim da questão agrária, outras vozes graves ainda procuram justificá-la. Qual seria então a melodia da questão agrária hoje?

A abordagem da questão agrária foi historicamente concebida como um conjunto de entraves estruturais presentes no campo que impediam o desenvolvimento econômico do capitalismo. Isso incluía a concentração fundiária, o latifúndio improdutivo e a massa de camponeses em situação de pobreza extrema no campo. Parte desta realidade foi alterada com o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira. Entretanto, o desenvolvimento da agricultura produtivista marcada pelo intenso uso de agrotóxicos, pela biotecnologia e pelas monoculturas, tem criado novas contradições em relação à função social da propriedade fundiária. Desta forma, a questão agrária pode ser resignificada em torno de questões como o desemprego, o desequilíbrio ambiental, a contaminação por agrotóxicos e os transgênicos.

A partir da análise dos discursos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST–, este artigo procura mostrar como o tema da reforma agrária foi sendo significado e resignificado de acordo com os diferentes momentos políticos do país, bem como em função das transformações econômicas e tecnológicas ocorridas na agricultura. Assim, a questão agrária ainda pode fazer sentido...

A narrativa da reforma agrária

A discussão da reforma agrária no Brasil tornou-se sistemática a partir da segunda metade do século XX. Em um momento histórico de transição socioeconômica de uma sociedade rural para uma urbanização precária, a questão agrária foi colocada em evidência por intelectuais, políticos e movimentos sociais. A identificação desse problema estrutural impulsionou movimentos e lutas pela terra sob a bandeira de uma reforma agrária, ou seja, da reformulação na lógica de distribuição e organização da propriedade fundiária no país. Sendo assim, a presença do discurso da reforma agrária é uma das expressões da existência de um problema estrutural no espaço rural brasileiro.

A narrativa da reforma agrária no Brasil, produzida especialmente pelo MST, apresenta, ao longo de sua trajetória, um sentido estruturante que preconiza não só a redistribuição fundiária, mas a idealização de outra maneira de se pensar e praticar a agricultura tendo em vista à construção de um projeto de sociedade. A centralidade do problema da terra é uma espécie de suporte para resolver outros problemas presentes na

sociedade, como a desigualdade social, o desemprego, a precariedade da cidadania e os problemas ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento rural produtivista, ou seja, do modelo de agricultura controlado por grandes empresas. Todos esses elementos fizeram parte da narrativa dos movimentos sociais que reivindicaram a reforma agrária no Brasil a partir da década de 1980.

Em cada conjuntura, cada um desses elementos adquire um significado específico. Conforme as cercas do modelo de desenvolvimento produtivista na agricultura foram construídas, a narrativa da reforma agrária buscou desenrolar os arames das contradições deixadas pelo mesmo. Assim, a historicidade dos embates foi tecida primeiramente com o problema dos camponeses sem terra e explorados no campo; em seguida incorporou o problema do desemprego e precariedade de cidadania na sociedade brasileira; depois passou pela proposição do cooperativismo como alternativa para a agricultura de base familiar resistir enquanto forma de produção; e, atualmente, incluiu o discurso de um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agroecologia.

Em todos esses momentos, houveram construções discursivas socialmente arquitetadas. Isso porque “o discurso não é definível independentemente das relações que o constituem, portanto, é, em última instância, uma prática” (LECOURT, 2008, p. 50). Esta prática é composta pela adesão dos sujeitos a determinadas condições de produção e reprodução do discurso numa dada formação social, ou seja, são as regras e possibilidades históricas disponíveis àqueles que enunciam o discurso em função das perspectivas políticas que os motivam. Assim, por trás de um discurso existe um conjunto de forças econômicas, políticas, científicas e até mesmo morais que o instrumentalizam.

Um enunciado é um acontecimento único, mas está aberto à repetição, à transformação e à reativação (FOUCAULT, 1986). Ele nunca será o mesmo, pois está inserido em diferentes ordens discursivas que, por sua vez, estão sempre associadas às condições históricas. Isso faz com que questões como a da reforma agrária sejam abordadas discursivamente com nuances diferenciadas nas diferentes conjunturas históricas em que são enunciadas. Embora nos embates discursivos atuais a cerca da reforma agrária ainda seja possível observar determinada cisão sociopolítica evocada no passado, os novos sujeitos, as novas demandas e outra ordem discursiva estão presentes na atualidade. Sendo assim, os discursos enunciados em torno da reforma agrária na atualidade não significam a mesma coisa que nas conjunturas anteriores, portanto, possuem singularidade.

Os discursos manifestos emergem historicamente como uma irrupção de acontecimentos ligados a sua instância, isto é, ao conjunto de acontecimentos históricos que o envolvem e lhe dão sentido (FOUCAULT, 1986). Isso significa que, por mais que aparentem serem repetições e continuidades, os discursos são acontecimentos singulares

dispostos em suas respectivas formações sociais. Essa irrupção envolve um conjunto de relações discursivas, de sujeitos e, fundamentalmente, de interesses sociais empenhados com o objetivo de impor sua visão no mundo social.

O mundo social pode ser entendido como um conjunto de espaços construídos na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que nele atuam (BOURDIEU, 2005). Nesses espaços circulam os agentes, suas propriedades e posições materiais e imateriais e a intersecção dos diferentes campos da vida social. Essa configuração faz com que a vida social apresente constantes concorrências e lutas pelo direito de ocupar determinadas posições dentro desse espaço. Neste sentido, os discursos tornam-se parte das estratégias de fortalecimento das posições e interesses sociais em disputa. Os agentes e instituições procuram articular discursivamente suas demandas de forma a operar uma infusão das prerrogativas de suas próprias posições a fim de sustentar-se diante de seus oponentes.

O MST tem sido a principal força sociopolítica empenhada na defesa política da reforma agrária no Brasil. A compreensão das narrativas do MST, por uma questão analítico-metodológica, pode ser dividida em quatro momentos distintos: o contexto pré-formativo do MST (1981-1984); o período da transição democrática (1985-1989) em que se discutiu a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a expansão e radicalização do movimento durante a década de 1990; e o período da guinada discursiva a partir da década de 2000. Essa divisão foi elaborada a partir da percepção das nuances discursivas existentes em cada momento referido.

Há camponeses passando fome: reforma agrária urgente!

A tematização da questão agrária no Brasil possui suas especificidades históricas. Diferentemente dos processos socioeconômicos que serviram de base para o pensamento marxista clássico sobre o tema, a dinâmica da agricultura e da sociedade brasileira seguiram outro caminho. Isso porque o nosso processo de modernização capitalista foi tardio em relação ao modelo europeu analisado pelos teóricos marxistas. A modernização da agricultura brasileira foi posterior ao próprio processo de industrialização do país, logo, a estrutura fundiária e as relações de produção pré-capitalistas, típicas do período colonial, continuaram presentes no espaço rural brasileiro (RANGEL, 2004).

Com o processo de modernização da agricultura em marcha a partir da década de 1960, o espaço rural brasileiro apresentava uma grande massa de camponeses vivendo em condições precárias. As raízes da pobreza rural foram diagnosticadas como decorrentes dos

minifúndios, isto é, da área insuficiente de terra pertencente a uma família camponesa, e da falta de acesso a terra para grande parcela do campesinato decorrente da concentração fundiária. Além disso, havia o problema da precariedade dos direitos trabalhistas no campo (PRADO JUNIOR, 1987).

Em consequência das pressões de movimentos sociais como *As Ligas Camponesas* nas décadas de 1950-1960¹, bem como para dar uma resposta à movimentação política das *Reformas de Base*, feita durante o governo João Goulart (1961-1964) e que incluíam a reforma agrária, foi criado, durante o governo da Ditadura Militar em 1964, o *Estatuto da Terra*. Este, dentre outras prerrogativas, sinalizava para a realização de uma reforma agrária por interesse social nos latifúndios por dimensão e exploração. Entretanto, a política efetiva dos governos da época não priorizou a reforma agrária como solução para os problemas em questão.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), as soluções apresentadas foram o incentivo à modernização, na qual cabia a agricultura o papel de substituição das importações, de fornecer recursos cambiais através das exportações, bem como de produzir alimentos e matérias-primas para o mercado interno a baixo custo, tendo em vista o desenvolvimento industrial do país (GRAZIANO DA SILVA, 1998). A prerrogativa era de que a própria modernização resolveria os problemas sociais no campo... O resultado desse processo é que muitos camponeses abandonaram o campo, o desemprego aumentou pela não absorção da mão de obra migrante pelo setor industrial e houve um crescimento da pobreza nas periferias das cidades.

No início da década de 1980, as condições socioeconômicas no espaço rural brasileiro continuavam apresentando uma característica marcante: a presença de um grande contingente de camponeses sem terra. A presença destes contrastava com a persistência visível de latifúndios improdutivos nas mais diversas regiões do país, fato que indicava certa inoperância daquilo que foi estabelecido no *Estatuto da Terra de 1964*. Diante disso, as narrativas da reforma agrária neste período buscavam legitimar-se nas próprias condições objetivas existentes no espaço rural. Diante das fragilidades do processo de modernização, fortalecia-se o discurso da distribuição terra para àqueles que nela trabalhavam...

¹ Em linhas gerais, as ligas Camponesas foram organizações genericamente assim denominadas por uma alusão as organizações criadas pelo PCB na década de 1940 e que promoveram, durante as décadas de 1950-1960, fortes embates políticos contra latifundiários e com o próprio Estado. De certa forma, a criação do Estatuto da Terra de 1964 foi uma estratégia de acalmar os ânimos e mostrar que o Estado faria as mudanças demandadas por via institucional. Sobre as Ligas Camponesas ver: JULIÃO (2009).

Antes mesmo da criação do MST, as organizações que apoiavam os trabalhadores rurais sem terra produziram um importante documento. Trata-se do *Boletim Sem Terra*, produzido entre os anos de 1981-1984 a partir do acampamento denominado de *Encruzilhada Natalino* no Norte do Rio Grande do Sul. Essa mobilização contou com a participação de milhares de camponeses e de segmentos da sociedade civil que defendiam a necessidade da reforma agrária para amenizar os problemas sociais existentes no meio rural.

O *Boletim Sem Terra (BST)* foi construído com a participação de diversas entidades que na época apoiavam as reivindicações dos sem terra. Dentre essas entidades podem ser destacadas a comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Pastoral Universitária (PU) do Rio Grande do Sul (PERLI, 2006). A participação ativa de várias entidades religiosas e sujeitos ligados a elas, especialmente a CPT, fez com que a narrativa da reforma agrária, nesse momento, apresentasse uma simbologia do imaginário religioso. Esta condição política integrada ao discurso religioso constitui-se como parte das estratégias discursivas de legitimação da reforma agrária. A comparação entre os camponeses sem terra com o sofrimento do povo bíblico foi um recurso muito utilizado para mobilizar as autoridades e, principalmente, a sociedade civil na época.

Em sua primeira edição, o BST apresenta a difícil situação dos segmentos camponeses demandantes por terra (arrendatários, posseiros, peões, meeiros, agregados) e reforça sua identidade com a terra e com o trabalho na agricultura, sob o lema: “*terra para quem nela trabalha*” (BOLETIM SEM TERRA, 1981). Não atendidos pelos governos e vivendo em condições precárias de vida nos acampamentos, o documento faz um apelo à comunidade para ajudar os trabalhadores que querem terra para trabalhar. Ao longo do ano de 1981, as demais edições do BST continuam relatando o cotidiano dos acampamentos. Nestes destacam-se a organização das lideranças com base no espontaneísmo e no discurso religioso como forma de sustentação da narrativa da reforma agrária. Conforme trecho do BST:

Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição da posse da terra (...). Diariamente, após as 17 horas, as famílias dos sem terra se reúnem junto à cruz, símbolo de seu sofrimento e paixão. Escorada no centro do acampamento, a cruz significa a solidariedade, o apoio dos sindicatos, entidades e igrejas na luta pela conquista da terra. Ali, os acampados rezam, recebem informações e debatem seus problemas (...) (BOLETIM SEM TERRA, 03/06/1981).

Essa narrativa explica-se pela forte religiosidade professada pelos próprios trabalhadores acampados que, em sua maioria, eram oriundos de comunidades rurais com

forte presença da religião desde a colonização da região. Algumas entidades religiosas, como a comissão Pastoral da Terra (CPT), auxiliavam os acampados e eram responsáveis pela própria edição do BST, logo, o discurso religioso ocupou espaço significativo no imaginário da luta pela terra durante os primeiros acampamentos. Reforçando a ideia do sofrimento do povo, a simbologia religiosa da cruz e os relatos dos momentos de oração acabavam fortalecendo a busca por apoio da população civil no momento em que a solidariedade era crucial para a continuidade da luta.

Durante os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, a luta dos Trabalhadores Sem Terra com o governo estadual dava-se em função deste último não querer desapropriar os latifúndios existentes no Estado. O governo oferecia emprego temporário e terras em outros estados, especialmente no Mato Grosso, enquanto os camponeses queriam reforma agrária e desapropriações de latifúndios na região. O BST enfatizava a questão do latifúndio improdutivo com base na legislação vigente, ou seja, no *Estatuto da Terra*. Neste sentido, a adesão discursiva daqueles que lutavam pela terra pautava-se na legitimidade legal.

Ainda antes da criação do MST, a narrativa da reforma agrária buscava sua legitimidade nos problemas eminentemente agrários, ou seja, na persistência de uma questão agrária ainda não resolvida. No ano de 1983, foi divulgado um documento denominado de Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Reforma Agrária: uma solução para a crise brasileira

Uma reforma agrária no Brasil teria como resultado a solução para o desemprego e para o subemprego; a ocupação das terras que não produzem nada, o aumento da produção de alimentos e matérias primas para as indústrias, movimentando o mercado interno; a economia do país voltaria a crescer; as liberdades e direitos dos trabalhadores rurais seriam atendidos. (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1983).

Nota-se que a reforma agrária é invocada em nome da existência de uma *questão agrária*, isto é, de uma estrutura agrária marcada por elementos pré-capitalistas que atravancam o desenvolvimento econômico e geram pobreza no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1987). O discurso da existência de uma questão agrária, que fundamentou as narrativas da reforma agrária nas décadas de 1950 e início da década de 1960, foi relativamente silenciado durante a Ditadura Militar das décadas de 1960-1970 com a chamada modernização da agricultura. Porém, o caráter seletivo desta fez com que os problemas agrários reaparecessem com força na medida em que os governos militares foram perdendo legitimidade.

Assim, no início da década de 1980, diante de um cenário de crise econômica e com desemprego no campo e na cidade, a reforma agrária reapareceu como uma das soluções para os problemas mais amplos de desenvolvimento econômico e social do país.

Invocada em nome dos camponeses sem terra presentes no espaço rural e da imobilização socioeconômica criada pelos latifúndios improdutivos ainda existentes, a reforma agrária era reivindicada neste contexto em função do reconhecimento da existência de uma questão agrária.

A democracia passa pela reforma agrária

A realização do I Encontro Nacional do MST no ano de 1984, evento que se tornou o marco do nascimento deste movimento social, contribuiu para definir os princípios de sustentação da ideia de reforma agrária a ser defendida nos anos seguintes. Promovido em um contexto político de expectativas em função da redemocratização do país, as discussões notabilizaram-se pela afirmação de um discurso de autonomia política. Embora o MST, ao longo de sua trajetória, continuou contando com o apoio de outras organizações no plano político-discursivo e em algumas mobilizações sociais. A concepção de reforma agrária elaborada no I Congresso Nacional pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

Reforma agrária

Podem fazer parte dos sem terra os vários segmentos rurais que não possuem a propriedade da terra ou que possuem uma quantidade inferior a 5 hectares; o movimento sem terra deve ter autonomia política; o objetivo da reforma agrária é lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta; em todas as conquistas de terra, deve-se discutir formas alternativas de produção de posse e cultivo da terra (...). (I CONGRESSO NACIONAL DO MST, 1985. In: www.mst.org.br).

A exclusividade de ser trabalhador rural (meeiros, posseiros, arrendatários ou minifundiários) para fazer parte do movimento, ainda se justificava pela presença de um grande número de camponeses nessas condições, ou seja, pelo fato de o desenvolvimento da agricultura capitalista ainda não ter expulsado esses segmentos do campo. Esta exclusividade foi alterada em anos posteriores, pois, com a diminuição dos sujeitos mencionados no campo em função da modernização e do êxodo rural, os segmentos urbanos passaram a ser aceitos como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A presença de regimes socialistas, ainda que decadentes, como alternativa ao capitalismo, inspirou o ideário socialista revolucionário nos discursos do MST no período. A narrativa socialista, presente nos discursos oficiais, é o sinal mais explícito da autonomia política construída pelo movimento. Neste momento, a narrativa transcende ao problema

eminentemente agrário e faz da reforma agrária um caminho para se chegar ao terreno de um projeto de sociedade inspirado no ideário socialista.

Porém, tal manifestação interferiu nas relações do movimento com a sociedade civil, afinal, a ideia de socialismo havia sido negativamente construída no imaginário social da população brasileira, principalmente durante o período da Ditadura Militar. Se em anos anteriores havia uma forte presença do discurso religioso, aspecto que criava uma empatia maior com a sociedade civil, após a autonomização do movimento e a adoção do discurso socialista, a relação com a sociedade civil mudou significativamente.

Cabe também ressaltar a prescrição da defesa das formas alternativas de produção para os assentamentos rurais de reforma agrária. Esta narrativa já era enunciada, porém com uma ênfase ainda tímida em relação aos demais objetivos. Isso porque ainda não havia uma definição sobre o significado do que eram essas formas alternativas. Embora a menção de ruptura com o modelo de desenvolvimento rural vigente já estivesse sendo sinalizado, o contexto exigia maior ênfase na organização da luta para desapropriar os latifúndios e na organização dos assentamentos rurais.

A partir de 1985, durante o governo de José Sarney, foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Resultado das discussões políticas relacionadas ao processo de democratização, este plano intensificou as discussões políticas favoráveis e contrárias à reforma agrária no Brasil. As expectativas criadas no início logo foram perdendo força com a forte reação dos segmentos sociopolíticos contrários à sua realização. Liderados pelas entidades patronais como a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre outras, essa oposição foi caracterizada pela pressão política e pela violência de milícias armadas. As pressões trazidas por essas organizações conseguiram esvaziar a plataforma política do PNRA (CARVALHO, 1989).

O processo de transição para a “Nova República” foi visto pelas elites rurais como a reedição do movimento das reformas de base das décadas de 1950-1960, no qual a reforma agrária era contemplada como um dos carros-chefes. Assim, criaram-se rapidamente sindicatos e associações patronais que visualizavam a inevitabilidade de uma guerra no campo. Esta postura política do setor patronal se converteu rapidamente em práticas tradicionalmente associadas ao coronelismo, como a formação de milícias armadas e a ação paramilitar para coibir as atividades do MST no campo (BRUNO, 2003).

Diante das dificuldades políticas enfrentadas para sustentar a legitimidade da reforma agrária com o lema anterior (terra para quem nela trabalha), a prerrogativa da reforma agrária em nome da questão agrária deslocou-se parcialmente na direção dos problemas sociais urbanos. A inflação, o alto custo dos alimentos e o desemprego urbano,

em parte gerado pela concorrência e em parte pela não incorporação dos camponeses que migraram para a cidade, eram problemas reais que poderiam dar legitimidade à reforma agrária. Isso pode ser visto na Campanha Nacional pela Reforma Agrária mobilizada e assinada por vários movimentos sociais, dentre eles a CONTAG, a CUT e o MST, no ano de 1986.

A luta pela reforma agrária

A luta pela reforma agrária não é uma luta isolada e exclusiva dos trabalhadores rurais; o interesse pela redistribuição de terra alcança também a classe trabalhadora da cidade. A falta de alimentos, as miseráveis favelas na periferia das cidades, as famílias desmembradas, os milhões de menores na rua, são só alguns dos problemas que os operários da cidade estão vivendo. (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1986. In: www.mst.org.br).

Ao tocar nos graves problemas urbanos, a narrativa da reforma agrária idealizava uma inversão histórica no movimento de migração da população brasileira do campo para a cidade. Este movimento populacional apresentou-se como problemático devido às discrepâncias na relação entre o êxodo rural gerado e a incorporação desses trabalhadores em empregos urbanos, ou seja, de uma questão agrária não bem resolvida. A reforma agrária era apresentada como uma forma de regeneração para o projeto de país que estava sendo construído com todas as expectativas da democratização.

Nas vésperas do processo constitucional que confirmaria a redemocratização do país, o MST e demais entidades comprometidas com a causa da reforma agrária procuraram reforçar a necessidade da reforma agrária como sendo uma questão crucial para a democracia e cidadania no país. Como se vê no seguinte documento:

A questão agrária e a constituinte

Sem reforma agrária não há democracia. A próxima constituinte é a última chance. É chegado o momento de invertermos os termos da questão. A regra agora é a desapropriação, é a entrega gratuita ou não de terra à quem nela trabalha ou queira trabalhar. A reforma agrária não é apenas o exercício de uma economia baseada no trabalho familiar, não é somente mais produção, diversidade de cultura, lavoura de subsistência, ampliação do mercado interno. Reforma agrária é, antes de tudo, um passo fundamental em direção à cidadania, diante do que se vê no país, ou seja, a subordinação quase absoluta dos trabalhadores rurais, dos camponeses, dos posseiros, dos sem terra ao poder econômico e ao poder político dos que tem o monopólio da terra. (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1986. In: www.mst.org.br).

Os discursos são produzidos socialmente dentro de uma rede discursiva, ou seja, estão conectados aos assuntos e disputas vigentes em dado contexto. Diante das discussões da assembleia constituinte do ano de 1987, os movimentos sociais defensores da reforma agrária mobilizaram seus recursos políticos e discursivos para reforçar o lugar da reforma agrária dentro da constituição que estava por vir. É importante perceber que o termo

questão agrária continua sendo invocado, pois o mesmo representa uma dimensão mais ampla do problema da terra que neste momento também está sendo associado à questão da cidadania.

Outro aspecto interessante de se marcar é o fato de que, desde o contexto pré-formativo do MST até o início da década de 1990, a narrativa da reforma agrária tem como um de seus ancoradouros a necessidade de aumentar a produção de alimentos no país. Um dos reflexos da concentração fundiária e do modelo de desenvolvimento rural voltado para a agricultura de exportação, no período, era a deficiente produção de alimentos para o mercado interno. De certa forma, essa reivindicação tecia uma crítica ao principal pilar que instrumentalizou as políticas de desenvolvimento rural nas décadas anteriores: a segurança alimentar (CHONCHOL, 2005).

Se o aumento da produtividade de alimentos foi uma conquista da *Revolução Verde*, o mesmo não aconteceu com sua distribuição. Assim, como o objetivo do modelo de desenvolvimento rural baseado na Revolução Verde não estava sendo efetivo no que se refere ao problema da distribuição de alimentos, a narrativa da reforma agrária encontrava ressonância nos segmentos urbanos da sociedade brasileira. A perspectiva de que a redistribuição da terra poderia significar a redistribuição de alimentos nutria uma fonte de legitimidade no discurso da reforma agrária.

Porém, nos embates surgidos no contexto constitucional, as forças sociopolíticas contrárias à reforma agrária conseguiram se sobressair. Liderados pela UDR e demais entidades patronais, novamente a questão agrária foi vencida pelo discurso da modernização das grandes e pequenas propriedades (ARAÚJO; TEIXEIRA, 1987). Com o esvaziamento do PNRA e as derrotas na constituição de 1988, que acabou restringindo a desapropriação ao latifúndio improdutivo, os embates pela reforma agrária não tinham mais em vista as expectativas otimistas criadas em função da redemocratização do país.

As derrotas políticas da reforma agrária no âmbito da elaboração da nova constituição fez com que o MST reorganizasse sua plataforma política. Com o fortalecimento das estratégias de ocupação para pressionar o Estado a fim de agilizar o processo, a narrativa da reforma agrária fazia da redistribuição fundiária um aspecto fundamental para a afirmação da própria democracia. De certa forma, pode-se dizer que esta narrativa passou a ser escrita nas ruas através das grandes mobilizações organizadas pelos movimentos sociais e de ocupações de terra para acelerar os assentamentos de reforma agrária.

Cidadania e cooperativismo: condições para quem na terra trabalha!

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988 e das eleições presidenciais de 1989, a situação econômica do país continuava grave. A agricultura brasileira ressentia-se com o sucateamento de toda uma estrutura de políticas públicas criadas no período da Ditadura Militar, que incluía desde o crédito à assistência técnica. Com isso, a inserção do país nos mercados globais competitivos com a política liberal do início da década de 1990 fragilizou ainda mais os agricultores de base familiar e demais segmentos dos trabalhadores rurais. Os problemas sociais já existentes no campo se intensificaram, pois a reforma agrária não havia sido feita e os direitos trabalhistas não haviam sido consolidados.

A inserção do país na globalização, em que a agricultura passou a ser regulada pelos mercados globais e instituições internacionais como a OMC (BUAINAIN, 2007), trouxe enormes dificuldades para o setor, pois este foi desestruturado em termos de políticas públicas eficientes para o setor agrícola. A produção de alimentos para o mercado interno estava desestimulada e os agricultores de base familiar enfrentavam enormes dificuldades econômicas. O êxodo rural se intensificou e o desemprego urbano também, logo, o discurso da reforma agrária, como condição para a cidadania, passou a enfatizar de forma incisiva a necessidade de políticas agrícolas eficientes para os segmentos da agricultura de base familiar, ou seja, para os assentados rurais e para os então denominados pequenos agricultores. Além de conquistar a terra, era fundamental não perdê-la!

Com a ascensão de Fernando Collor de Melo à presidência em 1990, a reforma agrária sofreu outro revés. Este governo com sua política neoliberal (LUNA; KLEIN, 2007) desmontou as pastas institucionais responsáveis pelos assuntos fundiários e, durante o ano de 1990, nenhum assentamento foi realizado. Diante do descaso do governo, não só com a política de reforma agrária, mas com a política agrícola de um modo geral, a estratégia do MST foi estimular as grandes mobilizações populares e fortalecer a organização interna da militância.

Uma das mobilizações sociais mais significativas que relacionava a reforma agrária com a cidadania no país no início da década de 1990 foi o *Grito da Terra Brasil*. Organizado por um conjunto de entidades, incluindo o MST, esse movimento buscava reivindicar a aplicação dos direitos sociais e trabalhistas necessários à consolidação da cidadania, sendo que reforma agrária era o ponto de partida para as demais demandas. Isso pode ser observado no seguinte extrato:

Por um país sem fome, sem violência e com trabalho

Os trabalhadores do campo estarão novamente nas ruas. É o grito da terra Brasil por um país melhor, sem fome, sem violência e com trabalho. Assalariados, pequenos produtores, sem terra, pescadores, seringueiros, povos indígenas, atingidos por barragens, estão unidos por uma nova proposta de desenvolvimento socioeconômico para o país (...). Por isso

queremos: condições de produção e comercialização para a agricultura familiar e para a pesca artesanal; reforma agrária; demarcação de terras indígenas; cumprimento dos direitos sociais e trabalhistas; fim da violência no campo; previdência pública; preservação ambiental; política energética compatível com os interesses sociais (...). A democratização da terra é fundamental para a geração de empregos e para elevar a produção de alimentos. (GRITO DA TERRA BRASIL, 1995).

A atuação propositiva dos movimentos sociais foi um aspecto marcante desse período (GHON, 2004). As mobilizações articuladas pelos movimentos sociais contribuíram para a consolidação dos direitos mencionados, bem como para a criação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar nos anos subsequentes. Entretanto, a reforma agrária foi um dos pontos que não avançou. Diante da imobilidade do Estado em fazê-la, o MST intensificou as táticas de ocupação como forma de pressão política.

A reforma agrária literalmente não estava na agenda política governamental no início da década de 1990 e só passou a integrá-la graças às ações pontuais e estratégicas do MST. A forte atuação do MST no Estado de São Paulo durante a década de 1990, especialmente nas regiões do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema, foi, sem dúvida, um elemento de peso para redimensionar a visibilidade social dos problemas agrários no país (BERGARMASCO; NORDER, 1999). A ideia era aumentar a capacidade de pressionar o governo para conseguir assentar as famílias de agricultores sem terra, agora já compostas também por trabalhadores oriundos dos centros urbanos.

O lema do MST no início da década de 1990 era o seguinte: *ocupar, resistir, produzir* (JORNAL SEM TERRA, 1990). A ocupação era a forma de pressionar o governo a acelerar os processos; a resistência era necessária em função da violência promovida pelo próprio Estado e pelas milícias armadas formadas pelos latifundiários; a produção era a resposta dada a sociedade de que a reforma agrária se justificava também pelo elemento produtivo, especialmente pelo impacto do preço dos alimentos para a população urbana brasileira no período.

Porém, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores era uma realidade que demandava resposta. Neste sentido, a narrativa da reforma agrária produzida pelo MST fez do cooperativismo uma de suas principais estratégias propositivas para sustentar a eficiência da produção nos assentamentos rurais. Nota-se que a busca pela legitimidade também precisa responder positivamente dentro de seu próprio campo, ou seja, para os membros que participam dos movimentos de ocupação e para os que já foram assentados.

Sobre o cooperativismo, o *Jornal Sem Terra* divulgava-o nos seguintes termos:

O caráter revolucionário da reforma agrária: A reivindicação de reforma agrária, atualmente, tem um novo caráter. Ela somente adquire uma expressão revolucionária se articulada a um projeto amplo de mudança estrutural em direção ao socialismo. Mas seu caráter revolucionário não é conferido pela socialização imediata da terra, e sim pelo fato de inserir-se em um projeto anticapitalista (...). A curta experiência realizada nos assentamentos desde 1983, sob o impacto das lutas pela terra, já conduziu ao reconhecimento explícito da importância de cooperação entre os pequenos agricultores. Isso leva à proposição geral de associação imediata dos pequenos agricultores assentados. (JORNAL SEM TERRA, ano X, número 92, 1990).

No cenário em que o modelo soviético de socialismo estava no auge de sua crise, a narrativa do MST continua evocando o discurso socialista. Porém, este alinhamento mantém certo pragmatismo ao afirmar que, diante das experiências já existentes, o caminho possível era o de estimular as formas cooperativas de produção. As propostas versam desde a produção coletiva, ainda que coexistindo com a produção individual, bem como com a criação de bancos cooperativos para os assentados. O cooperativismo defendido pelo MST parecia ser mais uma solução pragmática para responder à falta de políticas públicas diferenciadas para a agricultura de base familiar do que uma referência ao modelo soviético propriamente dito.

No VII Encontro Nacional do MST, em 1994, as desapropriações foram reivindicadas em regime de urgência e a necessidade de políticas públicas para os assentamentos ganhava destaque. A pobreza no campo e principalmente nas periferias das cidades devido ao desemprego, serviam de argumentos para dar legitimidade à luta pelas desapropriações e formação de novos assentamentos rurais.

Reforma agrária e geração de empregos: de certa forma, pode-se afirmar que a pobreza está concentrada no eixo urbano enquanto a miséria é eminentemente rural. Pouco adianta sanear a pobreza urbana, se a miséria rural não for combatida. Novos fluxos migratórios para a cidade repetirão o caos atual. Hoje, a conquista efetiva da cidadania para grande parcela da população brasileira passa pela reforma agrária (...). O assentamento de trabalhadores rurais é uma das principais formas de combate à fome e ao desemprego no país. (JORNAL DO MST, ano XIII, número 135, 1994).

De certa forma, esse parece ter sido um dos últimos momentos em que o sentido da reforma agrária busca, de forma incisiva, legitimar-se em nome de uma questão agrária no sentido clássico do termo. Embora nos discursos do MST essa referência não tenha sido apagada, nota-se que seu peso vem sendo gradativamente reduzido. Isso pode ser atribuído ao próprio desenvolvimento histórico da agricultura produtivista nas últimas décadas, bem como as políticas públicas criadas para a agricultura familiar que, em parte, reduziram os problemas sociais existentes no campo. O fato é que, durante a década de

1990, a narrativa da reforma agrária em nome da cidadania tem na resolução dos problemas urbanos um de seus principais pontos de legitimação.

No III Congresso Nacional do MST em 1995, a narrativa da reforma agrária enuncia o projeto político de promover a justiça social, da busca pelo socialismo e do cooperativismo como alternativa de desenvolvimento rural.

Reforma agrária: uma luta de todos

Nesse congresso, reafirmamos nosso ideal: fazer do Brasil um país justo e socialista. Carta aos trabalhadores do campo: Buscamos hoje caminhos alternativos para fazer produzir a terra conquistada: a valorização da produção familiar, das cooperativas, das associações e da socialização dos bens produzidos. Com eficácia, reinventamos políticas de combate a pobreza, a fome, ao desemprego (...). Carta aos trabalhadores da cidade: com melhor distribuição de terras teremos trabalho, construiremos nossas casas, escolas, nos fixaremos no campo, contribuindo para um desenvolvimento mais justo do país. E com esse desenvolvimento rural, ajudaremos a melhorar as condições de vida também na cidade (...) (JORNAL DO MST, ano XIV, número 150, ago 1995).

O lema *reforma agrária para todos* é muito elucidativo. A ideia de que a reforma agrária é importante tanto para os trabalhadores do campo quanto para os da cidade retrata a narrativa cidadã da reforma agrária neste período. O raciocínio de que a redistribuição das terras diminuiria a pressão por emprego e o custo dos alimentos na cidade, era uma tentativa de amenizar o impacto de um imaginário social negativo criado em torno das ocupações de terra por parte do MST. Paralelamente, a proposição do socialismo como ideal político teve, neste período, seu momento de maior ênfase.

A correlação entre a reforma agrária e a cidadania pode ser observada na divulgação pelo MST no ano de 1995 da *Carta da Terra*, documento produzido ao longo de vários anos com iniciativa da ONU e um conjunto amplo de organizações com o intuito de promover uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Embora o lançamento oficial da carta só tenha ocorrido no ano 2000, no Brasil uma versão desta carta foi divulgada em 1995, com a assinatura do sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Nesta versão, a reforma agrária é justificada em nome da cidadania.

A partir da segunda metade da década de 1990, as ações de ocupação de terras pelo MST se intensificaram e com elas a violência por parte dos fazendeiros e do próprio Estado, como aconteceu em Eldorado do Carajás². A divulgação pela mídia televisiva das ações do MST, bem como os casos de violência produziram efeitos políticos como a tentativa de fazer uma reforma agrária de mercado, ou seja, uma política de compra e venda de terras feitas pelo governo através de financiamentos públicos e leilões feitos pelo INCRA

² O assassinato de membros do MST durante a ocupação da Fazenda macaxeira no Pará pelas forças policiais em Eldorado do Carajás, em 1996, foi um dos momentos mais impactantes dos embates envolvendo as disputas de terra no Brasil contemporâneo.

(MALIN, 2002). Além disso, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em seguida, e a adoção de medidas provisórias para acelerar o processo de desapropriação pelo INCRA para a formação dos assentamentos rurais³, revelam que o problema da terra não havia sido resolvido.

Diante de todos esses eventos, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), os assentamentos rurais foram ampliados. Ainda que parte destes tenha sido feito através da chamada reforma agrária de mercado, ou seja, com vendas de terras adquiridas em leilões por parte do INCRA (SAUER, 2010), o fato é que o número assentamentos rurais se multiplicou. Com eles a cobrança por resultados... Isso levou alguns estudiosos a costurar argumentos para a desconstrução da legitimidade da reforma agrária. Pensadores como (GRAZIANO, 2010; NAVARRO, 2008) questionaram tanto o funcionamento dos assentamentos em termos de viabilidade econômica quanto à necessidade histórica de se fazer reforma agrária em função do próprio desenvolvimento da agricultura brasileira no contexto do agronegócio.

O contexto da agricultura brasileira já apresentava aspectos bem distintos em relação aos períodos anteriores. A evolução da modernização agrícola, o desenvolvimento da biotecnologia, a agricultura brasileira inserida nos mercados globais dominados por grandes empresas, a diminuição da população residente no espaço rural e o aumento gradativo da produção agrícola trouxeram novos desafios para a legitimação discursiva da reforma agrária. Estes elementos, em conjunto, enfraqueceram o argumento histórico da questão agrária e colocaram um importante desafio para os defensores da reforma agrária: como torná-la legítima? Embora os latifúndios improdutivos ainda existissem neste período, já não possuíam mais a mesma visibilidade, o que tornava mais árdua a tarefa de justificar a necessidade de uma reforma agrária ampla no país. Contudo, um novo campo de batalha foi aberto...

Ainda há sentido para a reforma agrária?

O cenário da agricultura brasileira a partir do final da década de 1990 pode ser considerado, em que pese algumas oscilações, como de grande expansão do agronegócio. A agricultura de exportação foi favorecida pelas políticas macroeconômicas dos governos e as políticas públicas que financiaram os diferentes segmentos da agricultura brasileira (patronal e familiar) receberam investimentos significativos. Com os mercados externo e

³ Deve ser mencionado que neste contexto o governo aumentou a tributação dos grandes latifúndios, o que serviu de estímulo para muitos latifundiários considerarem um bom negócio vender suas terras.

interno favoráveis aos produtos agrícolas, a expansão da produção ocupou áreas que ainda não haviam sido intensamente exploradas do território brasileiro (Amazônia e Cerrado).

Ainda acerca das condições objetivas da agricultura nessa conjuntura, cabe destacar o desenvolvimento da biotecnologia. As sementes transgênicas entraram ilegalmente no país, venceram as disputas judiciais e foram legitimadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio (ZANONI et al, 2011). As incertezas em relação aos impactos ambientais e humanos no uso e consumo de alimentos transgênicos, bem como a certeza do controle social e econômico exercido pelas grandes empresas do agronegócio que controlam tal tecnologia, abriram um novo campo de batalha para as organizações que defendem a reforma agrária. Afinal, a perspectiva de desenvolvimento rural estimulada pelo atual contexto político e econômico da agricultura brasileira passou a reproduzir uma nova forma de concentração fundiária.

A globalização econômica também trouxe consigo a globalização das mobilizações políticas e sociais. No caso das questões ligadas a agricultura, desde a Conferência Rio 92 já vinha sendo discutida, de forma sistemática, novas perspectivas de desenvolvimento rural que fossem capazes de minimizar os impactos socioambientais já criados pela agricultura produtivista ao longo do século XX, bem como resolver os problemas como a pobreza em diversas regiões rurais do mundo. Nesse processo cabe destacar entidades como a *Via Campesina*, uma importante organização internacional que defende formas alternativas de desenvolvimento rural, considerando a diversidade cultural e biológica das regiões, criticando o modelo produtivista de se fazer agricultura.

No IV Congresso Nacional do MST, realizado no ano 2000, observa-se a reorientação discursiva na direção da crítica do modelo de desenvolvimento rural e na retomada dos temas ambientais. Embora o lema do congresso tenha sido *Por um Brasil sem latifúndio*, o sentido da luta contra esse problema fundiário é ampliado. Dizer não ao latifúndio significa, além de conseguir terra para aos camponeses, construir um projeto alternativo de desenvolvimento rural. Entre os principais pontos deliberados podem ser destacados os seguintes:

Um projeto político popular para o Brasil

Construir a unidade no campo, desenvolver novas formas de luta e fortalecer os novos movimentos sociais existentes no campo (MPA); combater o modelo das elites, que representa os produtos transgênicos, as importações de alimentos e os monopólios das multinacionais na agricultura; resgatar o debate sobre temas importantes como o meio ambiente e a biodiversidade; desenvolver um novo modelo tecnológico que seja sustentável do ponto de vista ambiental. (JORNAL DO MST, ano XVIII, número 203, ago, 2000).

A crítica ao modelo do agronegócio, incentivado pela política econômica do governo, tornou-se central na narrativa da reforma agrária a partir desse momento. Além de conquistar a terra, o grande desafio agora é viabilizar as condições para os agricultores de base familiar conseguir produzir. Por isso, o alinhamento do MST com os movimentos da *Via Campesina* fez com o discurso de um novo projeto de desenvolvimento rural fosse alicerçado em oposição ao modelo do agronegócio e em defesa da autonomia dos agricultores em relação às grandes agroindústrias que controlam a tecnologia e a renda dos agricultores.

A integração à *Via Campesina* levou o MST a inserir outros elementos discursivos no foco de sua narrativa, dando vazão a temas já presentes, porém pouco enunciados anteriormente, como a questão ambiental e do desenvolvimento sustentável através da agroecologia. Um desses elementos é o discurso da *soberania alimentar*.

A Via Campesina reivindica

Impulsionar e reativar o processo de reforma agrária para garantir a soberania alimentar, o direito de produzir e o acesso a terra; defender os camponeses, pequenos agricultores, povos indígenas nos acordos de comércio internacional; excluir a agricultura dos tratados de comércio internacional, pois a produção de alimentos não deve ser uma mercadoria manipulada pelas grandes corporações internacionais; planificar a agricultura de acordo com a realidade e as necessidades de cada país de maneira autônoma; Diante de tudo isso, exigimos políticas justas de desenvolvimento rural, o acesso a recursos produtivos e a participação na tomada de decisões que afetam os pequenos e médios agricultores. (JORNAL DO MST, ano XVII, número 189, mai, 1999).

O termo soberania alimentar tem sido usado para expressar uma contraposição ao termo segurança alimentar defendido pelo discurso característico do modelo produtivista de desenvolvimento rural (BOSETTI, 2013). Diante do controle exercido pelas grandes empresas do agronegócio, dos impactos ambientais desse modelo para os territórios e povos que neles habitam, da mercantilização da agricultura, dos impactos ambientais e, pelo fato do modelo produtivista não ter resolvido o problema da fome em nível mundial, o discurso da *soberania alimentar* busca contrapor-se a esse modelo de desenvolvimento rural. A preocupação desloca-se da quantidade de alimentos, defendida pela revolução verde nas décadas anteriores, para com a qualidade e distribuição dos mesmos.

Essa enunciação vem ao encontro com os discursos produzidos por outros movimentos sociais, por ONGs e mesmo por Conferências Internacionais preocupadas com a questão da sustentabilidade, em que pese o caráter amplo e controverso em torno deste termo. O fato é que a ligação com a soberania alimentar indica a aproximação da narrativa da reforma agrária com um discurso em voga, isto é, o da sustentabilidade. Assim, no cenário em questão, tem-se o início de uma resignificação da questão agrária. A narrativa

da reforma agrária, ao enfatizar as contradições do modelo produtivista de desenvolvimento rural, resignifica a função social e ambiental da terra para justificar a necessidade da reforma agrária em nome do desenvolvimento socioambiental e sustentável.

O modelo de desenvolvimento rural produtivista tem apresentado uma configuração social, tecnológica e econômica insustentável em termos socioambientais. A utilização intensa de agrotóxicos, o uso de sementes transgênicas e todo o pacote mecânico-químico da chamada revolução verde das décadas anteriores, tornaram a agricultura uma atividade altamente dependente da indústria. Contra o domínio econômico exercido pelas corporações empresariais que controlam a agricultura na atualidade, as narrativas de entidades como o MST procuram resignificar o discurso da reforma agrária de modo a encontrar novas fontes de legitimidade social.

O discurso da reforma agrária segue o jogo de sua instância, ou seja, é pronunciado a partir da sua temporalidade e das suas relações com outros discursos. Essas relações discursivas consistem em buscar em outros discursos pontos de sustentação para fortalecer seu próprio enunciado e, dessa forma, desestabilizar seus oponentes. O aparecimento e fortalecimento dos discursos ambientalistas, da sustentabilidade, da biossegurança e das mudanças climáticas, por exemplo, fez destes pontos de apoio para que o discurso da reforma agrária fosse reativado em sua significação histórica. Com isso, o discurso sociopolítico passou a associar o modelo da agricultura produtivista do agronegócio como responsável pelos desequilíbrios mencionados. Como se pode observar no seguinte enunciado:

A batalha entre dois modelos

O agronegócio é uma agricultura sem agricultores. Praticamente as únicas pessoas que vivem nas terras no Brasil nos dias de hoje são os guardas de segurança que são responsáveis pela propriedade – os trabalhadores vivem nos subúrbios e marginalizados da propriedade. Investidores do agronegócio veem a terra como uma máquina que produz lucros, não importando o que se produza, e para ser usada até ao seu esgotamento. As suas decisões não levam em conta as pessoas que precisam e que vivem da terra. A agricultura industrial, liderada pelo agronegócio, é um pacote tecnológico. O mesmo conjunto de tecnologias é utilizado da mesma forma em todas as regiões, independentemente das diferenças locais ou as habilidades e conhecimentos dos povos. (Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/25/>).

A forma de agricultura que funciona pela lógica do agronegócio, isto é, pelo controle exercido pelas grandes empresas sobre as atividades agropecuárias, não só concentra a terra e a renda no espaço rural, como promove práticas produtivas não sustentáveis.

Isso pode ser observado nos seguintes enunciados:

“Transgênicos para dominar a agricultura”

A transgenia é introduzida e controlada pelo grande capital, que tem interesse em apontar o rumo da agricultura para garantir a obtenção de lucro e a apropriação do trabalho das pessoas”(março de 2008); “Adoção de cultivos transgênicos aumenta o uso de agrotóxicos”: a necessidade de agrotóxicos casados a sementes transgênicas leva ao aumento no uso destas substâncias, que se mostram cada vez menos eficientes. Assim, ingredientes mais tóxicos voltam ao campo, agravando problemas ambientais e de saúde (julho de 2009); “*Ditadura transgênica*”: BASF e Embrapa licenciam nova soja transgênica. A Empresa pública trabalhando para o privado. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma instituição pública brasileira vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujos objetivos são a produção de conhecimento científico e desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura e a pecuária brasileira. Porém, atualmente, a pesquisa com transgênicos está entre as suas prioridades. (agosto de 2009). (Disponível em <http://www.mst.org.br>).

Desde a introdução das sementes transgênicas no Brasil, em escala comercial, entidades como o MST construíram o discurso de denúncia do controle político e econômico subjacente a esse tipo de tecnologia. A associação da transgenia com o aumento do uso de agrotóxicos, opondo-se ao discurso oficial das empresas que preconizava sua redução, foi feita pelas entidades da Via Campesina desde o início da utilização dos transgênicos Brasil.

Dessa forma, um dos alicerces da defesa da reforma agrária nas últimas décadas tem sido a contraposição ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico no Brasil. Este incorpora em suas contradições diferentes formas sociais de produção, inclusive os próprios agricultores dos assentamentos de reforma agrária. Neste sentido, a contraposição ao agronegócio possui uma conotação política que levou seus defensores a apresentar um projeto alternativo.

A migração discursiva do MST para a defesa da agroecologia teve início ainda na década de 1990, com a ampliação do diálogo com a Via Campesina, com a criação de grupos de discussão no ambiente dos Fóruns Sociais Mundiais e com parcerias com universidades e governos de outros países. Essas mobilizações resultaram na criação de cursos de agroecologia e na adoção do discurso político agroecológico pelo movimento (DE CARLI, 2013). Oficialmente, foi a partir de seu IV Congresso Nacional, realizado no ano 2000, que o MST inseriu a agroecologia⁴ como eixo do projeto político de reforma agrária.

A crise no modelo cooperativista de produção nos assentamentos de reforma agrária, inspirado no pensamento marxista ortodoxo, bem como a adesão do MST à Via Campesina, contribuiu para uma guinada discursiva na direção da agroecologia como alternativa de produção (BORSATO; CARMO, 2013). Em conjunto com as demais

⁴ A agroecologia refere-se a uma forma de se produzir na agricultura observando um manejo dos recursos naturais que se diferencia das práticas convencionais da agricultura moderna, bem como implica num estilo de vida próprio no âmbito da relação do produtor com o mercado e com a natureza (ALTIERI, 1989, p30).

organizações ligadas à Via Campesina, o discurso do MST também retomou o uso do termo camponês.

É importante ressaltar que essas mudanças discursivas não são apenas resultado de uma reflexão teórica, mas de um novo contexto das disputas sociopolíticas no campo e de outra ordem discursiva envolvendo questões, ideológicas, sociais, ambientais e de saúde pública. Se em contextos anteriores a reforma agrária era defendida em nome da própria modernização do campo (fim do latifúndio improdutivo), no atual estágio de desenvolvimento da agricultura produtivista foi preciso construir outro ancoradouro. Este foi encontrado nas contradições do modelo produtivista, ou seja, na insustentabilidade econômica, social e ambiental apresentada pelo modelo hegemônico do agronegócio. Neste sentido, a agroecologia passou a integrar o projeto político do MST porque faz parte de uma ordem discursiva presente em vários outros discursos e movimentos políticos.

Diante desses desdobramentos, o discurso da reforma agrária tem sido alicerçado na proposição de outra perspectiva de desenvolvimento rural que tem como base a agroecologia.

A necessidade de uma transição agroecológica, para o militante, advém das características nocivas do modelo do capital na agricultura, hoje conhecido como agronegócio. É justamente nas contradições desse modelo que está nossa esperança em uma adesão crítica da sociedade como um todo para enfrentarmos a agricultura capitalista e estabelecermos novas bases de produção, fundadas nos princípios compreendidos pela agroecologia. (<http://www.mst.org.br/2015/07/24/defender-a-agroecologia-e-defender-novo-modelo-economico-e-politico-afirma-sem-terra.html>).

Essas palavras, enunciadas pelo líder do MST João Pedro Stédile na 14ª Jornada da agroecologia, cujo lema foi “*Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos*”, expressa o entendimento de que a agroecologia é uma forma alternativa de agricultura capaz de se opor ao modelo da agricultura produtivista. O projeto político para a agricultura defendido por entidades como o MST preconiza a necessidade de superação do modelo produtivista devido a sua insustentabilidade econômica, social e ambiental.

A ideia de um projeto político calcado na agroecologia também aparece no seguinte extrato:

Agroecologia como modelo ideal

Os dados nos mostram que tão concentradas quanto a terra do agronegócio, estão também a distribuição e o acesso à alimentação em nível global (...). Esse cenário de crise alimentar pede a urgência de uma alternativa que não se limite apenas à produção, mas atente para problemas sociais estruturais. Enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente, a agroecologia não utiliza produtos químicos, recicla totalmente seus componentes e prioriza o desenvolvimento da diversidade genética no espaço agrário. Estamos diante de uma disputa de dois modelos concorrentes de desenvolvimento. Resta à população refletir sobre a melhor

maneira para produzir a alimentação necessária para os cerca de 180 milhões de brasileiros, levando em conta os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de saúde. (<http://www.mst.org.br/2015/06/17/a-agroecologia-como-modelo-ideal-de-producao-de-alimentos.html>).

Embora o discurso da agroecologia dentro do MST apresente ênfases diferenciadas conforme a região do país (BORSATO; CARMO, 2013), o mesmo é enunciado com parte de um novo projeto político de desenvolvimento rural. Enunciada como contraposição ao modelo produtivista, a proposição agroecológica fundamenta-se em outra forma de organização do mundo rural. A questão agrária acaba sendo incluída, pois o imaginário político que a sustenta está alicerçado em uma nova organização do espaço rural em termos de produção, de relações sociais e de relação com a natureza.

Em torno do pensamento do desenvolvimento sustentável, atribui-se à terra novas funções que colocam em xeque sua forma de uso por parte da agricultura produtivista. Se, no passado, a questão agrária era enunciada pelos problemas de desenvolvimento socioeconômicos existentes no espaço agrário, agora são acrescidos a estes os problemas de ordem socioambiental. Com isso, há uma resignificação da questão agrária para reafirmar a necessidade de se fazer a reforma agrária.

No ano de 2012, uma nova coalizão de movimentos sociais resultou no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras, Povos do Campo, das Florestas e das Águas. Sob o lema: *terra, território e dignidade*, o documento oficial produzido reflete a perspectiva dos movimentos sociais atuais acerca da questão da terra no Brasil. Os cinco primeiros pontos do documento expressam:

- 1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
- 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.
- 3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
- 4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.

5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios DA AGROECOLOGIA; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agro industrialização e comercialização. (DECLARAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS, DOS POVOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS, 2012).

Nota-se que a reforma agrária continua sendo o eixo estruturante das perspectivas políticas voltadas para o campo. A partir dela visualiza-se a construção de uma perspectiva de desenvolvimento rural que se contrapõe ao modelo produtivista vigente. Por isso, o reconhecimento da diversidade de categorias de trabalhadores, a relação desses com o meio ambiente e o compromisso com a construção de um modelo de agricultura sustentável para com a comunidade biótica. Essa reversão do modelo vigente passa pela transformação da estrutura fundiária, afinal, exige novas relações de produção, humanas e do homem para com o meio ambiente.

Portanto, enquanto discurso político, a agroecologia tem ganhado cada vez mais espaço na contraposição ao agronegócio e, conseqüentemente, na defesa da reforma agrária. No entendimento do MST e das demais organizações que defendem a reforma agrária no Brasil na atualidade, a viabilização da agroecologia só seria possível com uma reorganização do espaço rural que, nesta perspectiva, só parece possível com um projeto amplo de reforma agrária. Assim sendo, a agroecologia e a reforma agrária são complementares em um projeto de crítica e contraposição ao modelo da agricultura produtivista. Ao mesmo tempo, ambas são estruturantes de um novo projeto de desenvolvimento rural.

Neste sentido, a legitimidade da reforma agrária serve de elemento estruturante para afirmar a resignificação da própria questão agrária. Esta não é invocada em nome dos mesmos problemas que justificavam nas décadas de 1950-1960, embora muitos deles ainda existam no cenário rural brasileiro, mas em função das contradições contemporâneas decorrentes da evolução da perspectiva de desenvolvimento rural produtivista. Se uma das soluções políticas para minimizar os problemas socioambientais no campo e na cidade passa pela reforma agrária, afinal, a reorganização fundiária viabilizaria outra perspectiva de desenvolvimento rural, ainda existe uma questão agrária.

Considerações finais

Os discursos acerca da reforma agrária foram tecidos de acordo com o ambiente socioeconômico e político da sociedade brasileira. Em um primeiro momento, percebe-se

que a narrativa da reforma agrária centrava-se no fato de existir um grande contingente de camponeses sem terra e que viviam em condições precárias no meio rural. A pobreza da massa camponesa contrastava com a presença do latifúndio improdutivo, ou seja, com grandes extensões de terra pouco aproveitadas pelos seus proprietários. A legitimidade da reforma agrária se dava em cima desta contradição.

As mudanças ocorridas com a modernização da agricultura foram diminuindo parcialmente o segundo elemento dessa contradição, mas mantiveram o primeiro. Entre as décadas de 1960-1980, a modernização acabou sendo muito mais efetiva nas grandes propriedades do que nas pequenas. Assim, o contingente de camponeses sem terra e em condição de pobreza era muito significativo, aspecto que impulsionou a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no início da década de 1980. A existência desses camponeses, trabalhadores rurais por excelência, foi o principal elemento de legitimidade discursiva para justificar a reforma agrária neste período.

Com a derrota política da proposição da reforma agrária ampla pela via constitucional democrática, no final da década de 1980, o MST fortaleceu seu discurso de alinhamento socialista. Não acreditando em soluções institucionais, a estratégia de ocupação e resistência tornou-se central. Como o país vivia uma crise agrícola sem precedentes, fruto da precária inserção nos mercados globais e da desestruturação do aparato estatal responsável pelos subsídios econômicos do setor, a narrativa da reforma agrária acrescentou aos argumentos anteriores a necessidade de resolver a crise alimentar vivida pelo país. A pobreza no campo, o desemprego, a miséria e a violência na cidade poderiam ser resolvidos com uma distribuição mais equitativa da terra. Mas isso não era suficiente, era preciso políticas agrícolas eficientes e o MST apostava na perspectiva cooperativista como alternativa de desenvolvimento rural para os assentados rurais e pequenos proprietários familiares. Entretanto, o cooperativismo não teve resultados satisfatórios na maioria dos assentamentos...

Neste interin, a agricultura produtivista, agora denominada de agronegócio, expandiu-se em uma conjuntura internacional favorável e com políticas econômicas voltadas para fortalecer o setor de exportação agrícola. Este clima de expansão produtiva fez com que muitos latifúndios improdutivos se tornassem produtivos, aspecto que acabou estimulando a concentração fundiária. Mesmo com políticas específicas para a agricultura familiar a partir de meados da década de 1990 e a inserção de parte desses segmentos no agronegócio, esse modelo de desenvolvimento reproduziu a desigualdade e a dependência dos agricultores de base familiar em relação às grandes empresas do agronegócio.

Diante dos impactos socioambientais gerados pelas novas tecnologias, como os transgênicos e o uso intensivo de agrotóxicos, abriu-se espaço para uma nova fonte de

legitimidade para a reforma agrária. Produzir alimentos de qualidade, respeitando o meio ambiente e o equilíbrio da comunidade biótica tem sido um discurso cada vez mais enunciado por entidades sociopolíticas em nível mundial. Diante de tal ambiente discursivo, a narrativa da reforma agrária passou a resignificar sua razão de ser em função dessa nova demanda sociopolítica. Embora a existência de latifúndios improdutivos e de camponeses em condições de pobreza ainda faça parte da realidade do mundo rural brasileiro, as mudanças históricas e na agricultura do país fizeram com que o discurso da agroecologia se tornasse uma das principais fontes de legitimidade discursiva da reforma agrária na atualidade. Isso porque, imagina-se que esta forma de organização da produção demanda uma reorganização fundiária.

A permanência da trajetória discursiva da necessidade de se fazer reforma agrária, sinaliza que a própria questão agrária ainda faz sentido. Isso significa que, no âmbito de seu uso social, econômico e ambiental, a propriedade da terra no Brasil não está cumprindo sua função ética de proporcionar um bem maior à comunidade. Em um contexto em que a própria ideia de desenvolvimento tem sido repensada pelas perspectivas socioambientais, a configuração da estrutura agrária brasileira continua passível de reformulação. Logo, uma questão agrária resignificada parece fazer sentido.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARAÚJO, B. F.; TEIXEIRA, J. G. **Constituinte e reforma agrária**. Águas de São Pedro: ANPOCS, 1989.

BERGAMASCO, S. M. e NORDER, L. A. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**: processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.70-116.

BOSETTI, C. J. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

BORSATO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.51, n.4, 2013.

BRUNO, R. Nova República: a violência Patronal Rural como Política de Classe. **Sociologias**, Porto Alegre, número 5, p.284-310, jul/dez 2003.

BUAINAIN, A. M. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, P. et al. (Eds.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007, p.53-102.

CARVALHO, A. V. **Transição política e democracia**: um espaço para a reforma agrária? XIII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, 1989.

CHONCHOL, J. **A soberania alimentar**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 55; 2005.

DE CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], Coimbra, n.100, p. 105-130, 2013.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

GRAZIANO, F. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2004.

JULIÃO, F. O que são as ligas camponesas. In: WELCH, C.; MALAGODI, E.; WANDERLEY, M. N. (Eds.). **Camponeses Brasileiros**. Brasília: NEAD, São Paulo: UNESP, 2009.

LECOURT, D. A arqueologia e o saber. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Bomtempo, 2008, p.49-70.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. **O Brasil Desde 1980**. São Paulo: a Girafa Editora, 2007.

MALIN, M. Agricultura e Reforma Agrária. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEREDO, R. (Eds.). **A Era FHC**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p.70-115.

MIRANDA, C.; BRÁULIO, B. T. **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: IICA, 2012.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio – A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 5 - 51, mai/ago. 2008.

PELAEZ, V.; SCHMIDT, W. A difusão dos OGMs no Brasil: imposição e resistências. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Brasília, número 14, p. 5-31, abr/2000.

PERLI, F. O Boletim Sem Terra: um lugar de sociabilidade na arregimentação do MST. **Anais** do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SAUER, S. Reforma Agrária de Mercado no Brasil: um sonho que se tornou Dívida. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Brasília, Rio de Janeiro, n.1, v.18, p. 98-126, 2010.

STEDILE, J. P. (Ed.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003)**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ZANONI, M. et al. O biorrisco e a comissão técnica nacional de bissegurança: lições de uma experiência. In: ZANONI, M.; FERMET, G. (Eds.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011, p.244-276.

Documentos analisados

CUT/CONTAG. Et all. **Grito da Terra Brasil**. Brasília, 1995.

ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. **Declaração do Encontro**. Brasília, 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Campanha Nacional pela Reforma Agrária**. Belo Horizonte, Novembro de 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Boletim Sem Terra**. Porto Alegre. Números 01-35, maio/1981-abril/1984.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Jornal Sem Terra**. (Edições de 1984 a 2015).

Página da Internet

[HTTP://www.mst.org.br/](http://www.mst.org.br/).

Recebido para publicação em 02 de outubro de 2016

Devolvido para revisão em 10 de maio de 2017

Aceito para publicação em 13 de setembro de 2017